



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BAIÃO

ATA DA IX SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE JOVENS DE BAIÃO REALIZADA A 21 DE ABRIL DE 2016

DATA: Vinte e um de Abril de dois mil e dezasseis -----

LOCAL: Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho -----

INÍCIO DA SESSÃO: Catorze horas e trinta minutos. -----

PRESIDENTE DA MESA Andreia Sofia Almeida, Agrupamento de Escolas do Vale de Ovil
SECRETÁRIO Pedro Silva Vieira, Agrupamento de Escolas de Eiriz
SECRETÁRIO Joana Pereira, Agrupamento de Escolas do Sudeste de Baião

MESA José Pinho Silva, Presidente da Assembleia Municipal
Paulo Pereira, Presidente da Câmara Municipal
Ivone Abreu, Vice-Presidente da Câmara Municipal

VEREADORES José Lima Soares
Maria de Fátima Azevedo

DIRETORES Carlos Alberto Carvalho
Manuela Miranda
João Garcia (Adjunto da Direção)

ORDEM DE TRABALHOS

I – INFORMAÇÕES DA MESA -----

II – INTERVENÇÕES DOS ALUNOS REPRESENTANTES -----

1. Agrupamento de Escolas de Eiriz - Tema “Os Refugiados - Os direitos humanos não precisam de passaporte”. -----
2. Agrupamento de Escolas do Sudeste de Baião - Tema “Segurança, Defesa e Paz”; -----
3. Agrupamento de Escolas do Vale de Ovil - Tema “O problema da Eutanásia”; -----

III – DEBATE -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BAIÃO

Almeida

I – INFORMAÇÕES DA MESA -----

----- **Senhor Presidente da AMB** procedeu à abertura da sessão, fazendo a apresentação dos membros da mesa e agradecendo a presença de todos, destacando o envolvimento dos diretores, professores e alunos do 3 agrupamentos de escolas do concelho nesta atividade. Referiu que quem desempenha funções de responsabilidade pública tem o dever e a obrigação de criar condições para que os mais jovens possam ter um espaço digno de debate para apresentarem as suas ideias e para participarem ativamente na vida pública, num ambiente de liberdade e de responsabilidade sobre os mais variados temas à sua escolha. -----

----- **Senhora Presidente da Mesa** deu as boas vindas a todos os presentes e informou de que se seguiria uma intervenção feita por cada um dos Representantes dos Agrupamentos de Escolas sobre os temas “**Os Refugiados - Os direitos humanos não precisam de passaporte**”, “**Segurança, Defesa e Paz**” e “**O problema da Eutanásia**” -----

II – INTERVENÇÕES DOS ALUNOS REPRESENTANTES -----

PONTO 1 – Agrupamento de Escolas de Eiriz; -----

A intervenção do Agrupamento de Escolas de Eiriz, sobre o tema “**Os Refugiados - Os direitos humanos não precisam de passaporte**”, foi proferida pela aluna Ana Beatriz Pereira Barbosa, cujo teor integral fica anexo à presente ata (**Doc. 1**). Seguiu-se uma encenação, protagonizada por alunos deste agrupamento de escolas, de um grupo de refugiados com mensagens do que cada um sentia durante um processo doloroso de abandono da terra, da família e dos amigos, fugindo da guerra e da morte e à procura de uma vida melhor. A intervenção terminou com a entrega de balões com a mensagem “*Os refugiados não têm escolha. Tu tens*” -----

PONTO 2 – Agrupamento de Escolas do Sudeste de Baião; -----

Pedro

Almeida

JP



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BAIÃO

Almeida

A intervenção do Agrupamento de Escolas do Sudeste de Baião, sobre o tema “**Segurança, Defesa e Paz**”, foi proferida pela aluna Cristiana Sousa, cujo teor integral fica anexo à presente ata (Doc. 2). -----

PONTO 3 – Agrupamento de Escolas do Vale de Ovil; -----

A intervenção do Agrupamento de Escolas do Vale de Ovil sobre o tema, “**O problema da Eutanásia**”, foi proferido pelo aluno José Pedro Ribeiro, cujo teor integral fica anexo à presente ata (Doc. 3). -----

III – DEBATE -----

----- **Senhora Presidente da Mesa** abriu espaço para o debate e colocação de questões. -----

----- **Presidente da CMB**, usou da palavra e começou por dar os parabéns aos alunos, professores e diretores pelo trabalho que tinham acabado de apresentar sobre temas que estavam na ordem do dia, e sobre os quais deixou algumas questões para debate. Em relação ao tema da eutanásia referiu que era relativamente fácil encontrar argumentos quer para o sim quer para o não. Era uma questão muito complexa, por todas as razões já enunciadas na apresentação feita do tema, e, por isso, cada um deveria obter o máximo de informação para poder formar uma opinião consciente, crítica e, principalmente, tolerante para com quem não pensasse da mesma forma. Também os temas dos refugiados e da segurança davam origem a opiniões diferentes e cabia a cada um tomar a sua posição de forma informada e consciente, chamando a atenção para a má informação muitas vezes vinculada através da comunicação social e redes sociais, dando origem a extremismos. Sublinhou que os atuais conflitos estavam longe de ser convencionais, eram guerras assimétricas, que tinham muito pouco a ver com as populações e com a religião, mas sim com os grandes interesses económicos, tais como as indústrias petrolífera e bélica e o tráfico de droga. Por isso, os refugiados fugiam de um inferno e, não obstante as medidas de segurança que deviam ser tomadas por causa do terrorismo, esse facto não podia ser esquecido e tínhamos de estar prontos para os receber e também para garantir a segurança de todos. Referiu, ainda, que todos deviam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BAIÃO

tentar compreender o outro, respeitar sempre as outras opiniões, não fazer julgamentos e ter em conta que o nosso quadro de referência de valores por vezes era diferente dos outros povos com culturas diferentes. Informou que a Câmara Municipal de Baião já tinha feito todo o processo de avaliação sobre as reais condições do concelho para o acolhimento e integração total de refugiados, em colaboração com as IPSS's e outras entidades, tendo já comunicado a sua disponibilidade às entidades competentes. Terminou, defendendo que o importante era que o mundo se rendesse à evidência de que tinha de mudar, de que o caminho se fazia caminhando e que cada um de nós tinha o seu papel nessa mudança. -----

----- **Professora Isabel Felício**, manifestou o seu agrado por Baião ter já um projeto definido para o acolhimento de refugiados. Sublinhou que, apesar de terem sido apresentados três temas aparentemente diferentes, todos tinham na sua base a dignidade da vida humana, quer dos refugiados, quer das pessoas que sofriam no âmbito do tema da eutanásia. -----

----- **Vice-Presidente da CMB**, disse comungar da opinião da prof. Isabel Felício, ou seja, o que estava em causa em todos os temas apresentados era a dignidade da vida humana. Defendeu que o respeito pelos direitos humanos era percebermos que somos todos iguais, ninguém podia ser relegado para segundo plano, todos deviam ser respeitados e apoiados e em particular os mais fragilizados que eram aqueles que mais necessitavam do nosso auxílio e da nossa estima. Em relação ao processo de apoio aos refugiados em Baião informou que, mesmo antes da situação ter atingido a dimensão atual, e sob orientações do Senhor Presidente da Câmara, foram realizadas reuniões com a IPSS's, para prestarem todo o apoio possível, com a Associação Empresarial de Baião, para a inserção no mercado de trabalho, e com os Agrupamentos de Escolas, para o acolhimento imediato das crianças. Estava a ser um processo dinâmico, na tentativa de se estabelecerem protocolos e parcerias para que a inclusão dos refugiados seja total e efetiva. Sublinhou que os Baionenses eram um povo solidário, estava na sua génese, e o concelho tinha condições para receber 2 a 3 famílias de refugiados. -----

----- **Professor João Garcia, Direção do Agrupamento de Escolas do Sudeste de Baião**, deu os parabéns aos alunos pelas intervenções feitas sobre temas fraturantes e de difícil resolução. Perguntou aos alunos que apresentaram o tema, qual a sua opinião sobre a eutanásia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BAIÃO

----- **Joaquim Oliveira**, aluno do Agrupamento do Vale de Ovil, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara sobre o que pretendia fazer para melhorar o futuro dos jovens de Baião. -----

----- **Representante do IEFP de Amarante e membro do Conselho Municipal de Educação**, agradeceu o convite e deu os parabéns a todos pela iniciativa, principalmente aos jovens pelas excelentes apresentações e pela preocupação manifestada com temas tão atuais da nossa sociedade. Referiu-se aos refugiados, que para conseguirem chegar aos países acolhedores tinham de passar por uma longa e dolorosa batalha e esperava que todos os municípios e empresas tivessem abertura para, dentro do possível, contribuírem para a sua integração. -----

----- **Diretor do Agrupamento de Escolas de Vale de Ovil**, destacou que os temas apresentados faziam todo o sentido. No caso dos refugiados, defendeu que existia muita hipocrisia por parte da Europa, com muita responsabilidade na situação vivida, bastando ver as fontes de financiamento do designado Estado Islâmico, mas que agora pagava à Turquia para “resolver” o problema. Chamou a atenção para a existência de refugiados no nosso concelho, pessoas que viviam à margem, em condições sub-humanas, sem água, eletricidade, aquecimento, e que também precisavam da ajuda de todos. -----

----- **Presidente da CMB**, respondendo à questão colocada, referiu que todos procuravam uma vida melhor, e o emprego era um fator determinante para essa qualidade de vida. As autarquias deviam fazer tudo ao seu alcance para contribuir para melhorar a vida de toda a comunidade, mas o emprego não era uma das suas competências definidas na lei. Não obstante, realçou que a Câmara Municipal era o maior empregador do concelho e também dava o seu contributo através do apoio às IPSS's, associações e outras entidades, da melhoria das acessibilidades, da defesa dos serviços públicos em Baião (Tribunal, Finanças, Centro de Saúde), entre outros. Ou seja, qualificação das pessoas, do território e a projeção de Baião pela positiva. Terminou, afirmando que todos estavam a fazer o seu papel, a autarquia, as associações e IPSS's, as escolas, e as restantes forças vivas da sociedade, mas a questão não devia ser só o que os outros podiam fazer por nós, mas também aquilo que cada um podia fazer por si e pela sua comunidade, envolvendo-se, participando e colocando as suas ideias em prática. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BAIÃO

JP
Almeida

----- José Pedro Ribeiro, aluno do Agrupamento do Vale de Ovil, esclareceu que o grupo não tinha uma posição fixa sobre o tema da eutanásia, por isso tinham apresentado argumentos contra e a favor. -----

----- **Presidente da AMB**, renovou o seu profundo agradecimento aos alunos, diretores e professores pelo empenho demonstrado na preparação e na realização da IX Sessão da Assembleia Municipal de Jovens. Saudou a qualidade e a pertinência dos temas apresentados pelos alunos. Disse que esta era uma boa forma de participação cívica, pois tinham sido apresentados três temas para discussão, que todos levavam de volta para reflexão. Aos alunos, disse que esperava que ao longo do percurso escolar e pessoal de cada um, fossem autónomos, tivessem capacidade crítica e vontade de intervir na sociedade e na política. Os políticos de hoje, sublinhou, foram feitos de jovens empenhados, interessados e cultos como vós, pois sem educação ninguém progride, lembrando que os países mais desenvolvidos são aqueles onde a juventude permanece mais tempo na escola e possui uma maior formação académica diversificada e aprofundada. -----

----- **Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Jovens declarou encerrada a Sessão, pelas dezasseis horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos respetivos Membros da Mesa.** -----

Baião, 21 de abril de 2016

Andreia Sofia Almeida

✓ *Andreia Almeida*

Pedro Augusto Silva Vieira

✓ *Pedro Augusto Silva Vieira*

Joana Pereira

x *Joana Pereira*

O Presidente da Assembleia Municipal de Baião

José Pinho Silva

Pinho



Barcelho

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BAIÃO

Documentos Anexos

Agrupamento de Escolas de Eiriz, Baião

Os direitos humanos não precisam de passaporte

" Os refugiados não são números, são pessoas com rostos, com nomes e com histórias e devem ser tratadas como tal."

Papa Francisco.

E é com as palavras do Papa Francisco que iniciamos a nossa reflexão sobre a problemática dos refugiados porque, efetivamente, estas pessoas com rostos e nomes de que fala o Papa não escolheram ser refugiados. Ninguém escolhe ser refugiado: é com esta simples frase que encerra em si um valor imenso que pretendemos explicar a situação em que vivem mais de 40 milhões de pessoas: crianças, homens e mulheres a quem destruíram casas ou tiveram de as abandonar com o risco de perder a vida. Hoje, ontem, todos os dias as mesmas imagens. Todos as vemos num sítio ou noutra, imagens de pessoas que sofrem, de crianças que morrem, imagens que nos deixam indignados, revoltados.

Na sociedade atual, o poder dos meios de comunicação social é imenso. Situações que noutros tempos eram completamente desconhecidas, hoje, chegam-nos na hora, graças aos mass media que produzem um efeito imediato na opinião pública, e perante o drama em que se encontram estas pessoas, são várias as vozes que se levantam, umas a favor do acolhimento, da ajuda, da solidariedade, outras contra, invocando uma série de perigos. Com efeito, pode haver alguns perigos, mas fechar as fronteiras, negar ajuda àqueles que fogem da morte vai contra o espírito da tradição europeia e recorda-nos os piores momentos do século XX. Será impeditivo para nós receber um refugiado o facto de não pensarem como nós ou terem uma cultura completamente diferente da nossa ou o facto de não acreditarem no mesmo Deus? É importante que estejamos conscientes que não se trata de uma guerra de religiões, uma guerra entre cristãos e muçulmanos, muito menos uma guerra de civilizações, estamos sim perante uma guerra entre a liberdade e a barbárie: esta é a questão sobre a qual há que tomar consciência, em primeiro lugar, e em segundo lugar, tomar medidas. A Europa não pode, por isso, deixar de ser Europa, a Europa dos direitos, a Europa da liberdade e da tolerância, a Europa tem de ter uma mensagem para oferecer ao mundo. Se a Europa fechar as fronteiras deixará de ser Europa e estará condenada ao seu fracasso porque a civilização europeia baseia-se em valores e se perde esses valores perde a sua identidade.

Acolher aqueles que fogem da miséria e da morte é um gesto de humanidade e, como tal, é um valor europeu. É preciso pôr fim à guerra, elaborar um plano para os refugiados e ajudar os países vizinhos da Síria. Há que adotar medidas urgentes antes que seja demasiado tarde e a Europa não pode demitir-se do seu papel no mundo. E Portugal? Portugal é Europa. Na nossa opinião tem também de assumir as suas responsabilidades, os seus compromissos no que se refere ao acolhimento de refugiados. São muitos os gritos que se levantam contra a vinda destes miseráveis para o nosso país, mas àqueles que gritam colocamos a questão: e se fosses tu? Não deveria ser necessário usar este tipo de argumento, colocar este tipo de questão para defender a nossa tese, para fazer passar a mensagem que temos de ser solidários, temos de ser humanos... estas pessoas são seres humanos iguais a nós, pessoas que nada fizeram para merecerem estar nesta situação. Se algum dia começassem a bombardear o teu país, gostarias que te ajudassem? Gostarias que te acolhessem ou que te deixassem abandonado? Claro... nunca pensamos que poderíamos ser nós...que poderia ser um dos nossos ... olhamos para o lado, sem vergonha, muitas vezes com comentários egocêntricos, de que é preciso ajudar os nossos, "os de casa", os sem abrigo. Sim ... tudo isto é verdade, acolher exige coragem, resiliência, principalmente por parte de países que também eles têm dificuldades e problemas económicos como é o caso de Portugal, mas não podemos ficar indiferentes, temos de cumprir a nossa parte: o nosso país decidiu acolher 5000 refugiados o que significa 0,05% da população portuguesa, em média 16 refugiados por concelho, um refugiado por cada 2000 habitantes. Poderemos chamar a isto uma invasão? Será que este número de refugiados poderá ser assim tão incomodativo, tão gerador de mal estar nas populações? Nós pensamos que não. Pensamos que é um número insignificante para a dimensão populacional portuguesa, pensamos que com boa vontade e com o sentido de solidariedade que sempre nos caracterizou vamos acolher estas pessoas com dignidade e dar-lhes condições para que sejam felizes e se sintam em casa.

Há que remar contra a maré, há que defender os valores que sempre defendemos, e tentar mostrar a todos que recusar o acolhimento destes bafejados pela desgraça que perderam tudo, com base na existência de supostos riscos, nas dificuldades económicas que existem no nosso país constituiria, a nosso ver, uma grande mancha na nossa sociedade, uma sociedade que sempre se assumiu como Humanista, uma sociedade que sempre defendeu os direitos humanos. Estamos conscientes que não podemos fazer

muito, sentimo-nos impotentes, Portugal tem limitações, mas temos de ter pelo menos a capacidade de nos incomodarmos, de nos impressionarmos, de nos comovermos com aquilo que se passa à nossa volta, caso contrário não somos humanos. Se o sofrimento do outro não nos afeta, então é porque já se perderam todos os valores humanos, toda a humanidade.

E terminamos a nossa reflexão com mais uma frase do Papa Francisco que poderá ser o apontar do caminho para a solução do problema : " É necessário contribuir para construção da paz naquele lugar onde a guerra levou morte e destruição e impedir que este cancro se propague a outras partes do mundo"

IX Assembleia de Jovens de Baião

Agrupamento de Escolas do Sudeste de Baião – Abril de 2016

Boa tarde. Cumprimentos respeitosos a todos os presentes.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e
Câmara Municipal de Baião.

Ex. mas senhoras e senhores autarcas, representantes de
instituições, professoras e professores.

Caros colegas.

Agradecemos, em primeiro lugar, ao Dr. José Fernando Pinho Silva, pela iniciativa de nos ter convidado a tomar parte nesta nona Assembleia de Jovens de Baião e alargamos o nosso agradecimento à Câmara Municipal, na pessoa do Dr. Paulo Pereira.

Agora que caminhamos para o fim do ano lectivo e nos preparamos para mais uma etapa dos nossos percursos académicos, trazemos uma breve reflexão sobre as questões da segurança, da defesa e da paz, que depois se centrará na questão dos refugiados, um dos assuntos mais atuais e problemáticos para todos nós, cidadãos e países da grande comunidade internacional.

Ao longo deste ano lectivo, a comunidade educativa do concelho tem trazido para o contexto pedagógico, desde a Educação Pré-Escolar, ao Ensino Básico e ao Secundário, conteúdos relacionados com a Segurança, a Defesa e a Paz. Em algumas das disciplinas e actividades e conversas, fomos abordando estas temáticas de interesse nacional, mas, também em consequência das muitas e diárias notícias dos últimos meses, fomos verificando que, afinal, as guerras, os conflitos e as ameaças à paz e ao bem estar de todos nós, não estão assim tão distantes.

O país deve estar preparado e atento às ameaças, que podem ser da maior amplitude, desde as alterações climáticas, ao terrorismo. As nossas forças de segurança, os serviços de segurança e as forças armadas desempenham, cada um no seu âmbito, um papel fundamental na segurança e na defesa do nosso território, na vigilância das nossas fronteiras e na cooperação internacional, quer num contexto mais global, quer em contexto mais regional e militarista, como o que decorre da nossa participação nas forças da NATO.

Perturbam-nos e inquietam-nos as imagens dos aparatos militares e o seu poder destruidor, mas, também nos convidam à reflexão sobre imperativos comuns, como a necessidade de manutenção da paz, o equilíbrio mundial, ou a solidariedade internacional.

Chegam-nos, também, ultimamente, imagens e notícias de milhares de cidadãos de indistintos países, espalhados pelo mundo, civis ou militares, organizados ou individualmente, que ajudam quem precisa, nos mais diversos contextos políticos,

sociais ou religiosos. Entre esse grande exército da paz estão, e estiveram, milhares de civis e militares portugueses.

Esta é uma realidade, agora mais visível, com a vaga de refugiados do médio oriente, vítimas de terrorismo. Cada vez mais percebemos e temos orgulho, ou deveríamos ter, de todos os nossos concidadãos envolvidos nestas missões. É justo o nosso reconhecido agradecimento a todos os portugueses que já deram o seu contributo para minorar o sofrimento de alguém, independentemente dos crêdos religiosos que professam, das convicções políticas ou das motivações que os fizeram tomar uma das mais difíceis decisões: sair dos seus países de origem, deixando para trás vidas inteiras, familiares e amigos, em busca de um sonho, nem sempre com final feliz. Os nossos militares e voluntários já resgataram mais de 3.000 pessoas de embarcações lotadas no Mediterrâneo. Nem tudo se pode resumir a despesas orçamentais; temos que demonstrar a nossa capacidade de promover a solidariedade entre os povos.

Os números não deixam dúvidas: mais de 50 milhões de seres humanos vivem fragilizados nos seus países ou já abandonaram as suas terras de origem. Mais de 800 pessoas procuram, por ano, a protecção no nosso país.

O contributo deste pequeno país para a solidariedade entre os povos, como grande objectivo criado pela Organização das Nações Unidas, tem já um percurso assinalável, que se inicia em 1996, na Bósnia e, nos anos mais recentes, tem passado pela Somália, o Mali, a República Centro-Africana o Kosovo, o Afeganistão, entre outros. Nos dias que correm, redobrou-se o esforço na zona do Mediterrâneo oriental, palco das mais perturbantes imagens e situações extremas de sobrevivência

humana. Apesar das nossas limitações, temos participado e cumprido bem a nossa missão, enquanto país solidário e responsável.

Não deveríamos, com alguma ligeireza, menosprezar ou produzir comentários infelizes acerca daqueles que vão em auxílio do próximo ou já se prepararam para os acolher nas suas comunidades. Basta que façamos a pergunta simples: o que já fiz eu?

A sociedade civil, em parceria com as entidades políticas, as forças militares e de segurança, tem vindo a organizar-se. Qualquer cidadão poderá mobilizar-se, saindo do conforto da sua vida, contactando, entre outras, a Plataforma de Apoio aos Refugiados, uma plataforma de organizações da sociedade civil portuguesa, para apoio aos refugiados, na atual crise humanitária. o Conselho Português para o Refugiado, com um trabalho reconhecido de grande apoio, há mais de 25 anos, aos que nos procuram, ou o ACNUR, a única organização legitimada pelas Nações Unidas para desenvolver um trabalho em rede com os milhões de refugiados por todo o mundo, dirigida pelo português Engenheiro António Guterres.

Se estamos interessados em contribuir, dentro do vasto leque de ajudas, de uma maneira mais simples, podemos dirigir-nos à junta de freguesia, ao pároco, aos responsáveis pelas escolas, à câmara municipal, ou a outras instituições.

Todos poderemos desempenhar um papel neste processo. Uns evitando dizer disparates, outros, agindo pela positiva e de forma prática, individualmente, ou em grupo, integrando ou apoiando organizações diversas. É uma obrigação, um dever moral e cívico de um país e dos seus cidadãos.

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia;
Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara;
Excelentíssima Senhora Vice-Presidente;
Excelentíssimos Senhores Vereadores;
Minhas Senhoras e Meus Senhores**

EUTANÁSIA foi o tema escolhido por nós. E porquê? Os motivos são vários. É um assunto que nos incomoda; todos já ouvimos frases como «*Para morrer não era preciso sofrer tanto*», ou «*Numa situação destas, morrer era uma esmola*», o que significa que há situações em que a morte seria uma benesse, pelo menos aparentemente.

Mas, em primeiro lugar, urge definir o problema: o que é a eutanásia? Na sua origem, significa boa morte ou morte sem dor; relativamente ao problema, pode dizer-se que é o ato de matar ou de deixar morrer, mas implica sempre o ato de terminar a vida de uma pessoa ou ajudar no seu suicídio. A sua prática é suportada pela teoria que defende o direito de o doente, em estado terminal, pôr termo à vida por estar sujeito a um sofrimento intolerável.

Vivemos numa era em que os avanços científicos e tecnológicos permitem à medicina manter as pessoas vivas por mais tempo, o que nos pode levar a interrogar-nos se isso é sempre uma coisa boa. Será legítimo prolongar a vida de alguém sujeito a grande sofrimento? Será legítimo prolongar a vida de alguém cuja qualidade de vida é inexistente, como o caso da morte cerebral? Podemos colocar a questão de outro modo: **será moralmente permissível que os indivíduos, especificamente os doentes terminais com dores e sofrimento insuportáveis, acabem com as suas vidas?**

É sobre estas questões que vos convidamos a refletir e, para tal, apresentamos alguns argumentos que permitem esclarecer o problema e, provavelmente, acender a polémica.

Os argumentos a favor da eutanásia apelam a razões como a **minimização do sofrimento e o valor da autonomia**. Por um lado, salientam que a eutanásia pode ser usada para prevenir um prolongamento desnecessário de sofrimento, quer físico quer emocional, de doentes que a pretendam. Por outro lado, baseiam-se na ideia de que os indivíduos têm a **autonomia moral para decidir se querem acabar com as suas vidas e como o querem fazer**: ora, se temos liberdade para escolher como viver, também devemos ter a liberdade de escolher como morrer.

Num artigo de opinião, Alexandre Quintanilha, físico português e antigo professor do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, dizia que chegámos a uma situação em que os avanços nas ciências nos concedem anos adicionais de vida,

impensáveis no tempo dos nossos avós. Mas também estamos conscientes de que os anos adicionais de vida, não são sempre acompanhados da qualidade de vida igualmente desejada. Torna-se urgente refletir sobre o que acontece quando alguém chega à conclusão que, continuar a viver, deixou de ter a dignidade que sempre valorizou e teme pela perda de autonomia. Entretanto, continua a ser punível na lei a assistência por parte de outrem, em particular por um profissional da saúde, ao suicídio de alguém que o tenha solicitado repetidamente ou quando ainda estava consciente.

E é esta, na opinião de Quintanilha, a questão principal em discussão no debate sobre a morte assistida. Invoca-se a noção de que é o medo da dor insuportável que faz com que alguém queira terminar rapidamente o seu sofrimento, e que a morte não é solução, pois existem muitas formas de controlar a dor. Mas os efeitos secundários das elevadas doses necessárias destes fármacos são, por vezes, tão intoleráveis como a dor que tentam controlar. E é perfeitamente concebível que para muitos não é só a dor física que é intolerável. É também a ideia de que a “quantidade de vida” adicional não compensa a “qualidade de vida” perdida. Argumenta ainda que suspeita que, quanto maior tiver sido a “qualidade de vida” de alguém, menos disposta estará essa pessoa a valorizar só anos de vida adicionais. Quando começamos a sentir que a nossa continuada existência deixou de ter qualquer relação com as experiências físicas, racionais ou emocionais que mais valorizamos, e que sentimos a nossa autonomia cada vez mais fragilizada, o fim parece perfeitamente razoável para muitos de nós. Pensar desta forma não é nem aberrante, nem patológico.

Outro conceito é o de que os profissionais de saúde devem tratar, curar se possível e acompanhar os doentes, nunca matar ou ajudar a morrer. O que faz todo o sentido e deve continuar a ser o seu principal objetivo. Mas só quem está muito mal informado, ou se recusa a ver a realidade do mundo que nos rodeia, é que não tem conhecimento de inúmeros casos de ajuda, por profissionais de saúde, a doentes perto do fim que querem acelerar a sua morte. Tudo feito às escondidas, à margem da lei, com enormes riscos de denúncia e com consequências profissionais gravíssimas. Não seria muito mais honesto evitar ao máximo, ou mesmo acabar com esta situação?

Outro argumento forte e plausível é o de que os países, onde se dá assistência médica aos que querem morrer, passarão a ser centros mundiais de morte assistida. Nenhuma das poucas experiências que existem neste domínio, tanto nos EUA como na Europa, comprova essa afirmação. E todas elas mostram que, onde é legal, o processo é longo, complexo e exigente – muito diferente do que se passa onde é criminalizado e por isso mesmo praticado às escondidas e sem qualquer controlo.

Em suma, todos aqueles que acham a eutanásia um ato necessário em situações extremas, apresentam argumentos com base na fuga a um sofrimento intolerável, na falta de qualidade de vida e na autonomia da pessoa.

Em Portugal, o movimento “Direito a morrer com dignidade” foi o primeiro grupo a defender a eutanásia, tendo preparado um manifesto que defende a urgência em despenalizar e regulamentar a Morte Assistida como uma expressão concreta dos direitos individuais à autonomia, à liberdade religiosa e à liberdade de convicção e consciência, direitos inscritos na Constituição.

Mas existem muitas objeções à prática da eutanásia, que se prendem com elementos religiosos, éticos e políticos, dependendo da sociedade em que o doente está inserido. No caso da religião, a principal objeção é o facto de considerarem que a eutanásia é tida como uma usurpação do direito à vida humana, vida essa que foi criada por Deus e, por isso, só Ele pode determinar quando a vida de alguém deve acabar.

Outro argumento contra a eutanásia refere que o direito à vida não é alienável, ou seja, é algo de que não se pode abdicar. Assim, nem a eutanásia nem o suicídio são moralmente permissíveis.

Outro dos argumentos prende-se com a autonomia, sendo esta entendida como a capacidade de escolher sempre o bem. Ora, se a vida humana é a fonte de toda a dignidade humana, então a vida humana é, de facto, um bem fundamental. Assim, a autonomia não pode ser exercida com vista a abandoná-la. Logo, a autonomia não inclui o direito a matar ou o direito a ser morto. Com isto mostra-se que a eutanásia ou o suicídio assistido não são corretamente justificados quando apelam à autonomia, pois esta autonomia (corretamente compreendida) busca o bem fundamental, que é o direito inalienável à vida.

Por outro lado, tendo em conta o juramento de Hipócrates, os médicos consideram a vida algo sagrado, portanto, na perspetiva da ética médica, a Eutanásia é considerada homicídio. Cabe, assim, ao médico, assistir o paciente, fornecendo-lhe todo e qualquer meio necessário à sua subsistência. Para além disto, pode-se verificar a existência de muitos casos em que os indivíduos estão desenganados pela Medicina tradicional e depois, procurando outras alternativas, conseguem curar-se.

Outro dos argumentos contra a aplicação da eutanásia prende-se com os cuidados paliativos, uma vez que estes têm como filosofia melhorar a qualidade de vida dos doentes e suas famílias, que enfrentam problemas decorrentes de uma doença incurável e/ou grave e com prognóstico limitado, através da prevenção e alívio do sofrimento, com recurso à identificação precoce e tratamento rigoroso dos problemas não só físicos, nomeadamente a dor, mas também dos psicológicos, sociais e espirituais. Estes cuidados proporcionam o alívio da dor e outros sintomas geradores de sofrimento, afirmam a vida e consideram a morte como um processo natural, pelo que não a adiantam nem atrasam. Integram as componentes psicológicas e espirituais

do cuidar, assim como oferecem um sistema de suporte para ajudar os doentes a viver tão ativamente quanto possível até à morte e para ajudar a família a lidar com a doença, bem como depois no seu luto. O argumento pode ser assim apresentado:

Aqueles que pedem a eutanásia normalmente não querem morrer, mas sim viver sem aqueles sofrimentos e dores insuportáveis. Se fossem criados bons cuidados paliativos, conseguir-se-ia aliviar o sofrimento e a dores destes doentes. Portanto, a criação de cuidados paliativos torna desnecessária a eutanásia.

No entanto, uma das objeções a este argumento prende-se com o acesso aos cuidados paliativos, pois cerca de 90% das pessoas que deles necessitam não têm acesso, quer estejam ou não incluídos na Rede Nacional de Cuidados Integrados. No Serviço Nacional de Saúde estima-se que, no máximo, apenas 10% da população necessitada consegue aceder-lhe. Alguns dos fatores impeditivos são o desconhecimento da população em relação aos cuidados paliativos (muitas vezes não sabe onde os procurar); a referenciação tardia; a burocratização, com tempos de referenciação muito lentos que não se compadecem com as necessidades dos doentes (50% das pessoas morrem antes de serem chamadas) e a falta de regulamentação da atividade.

Acresce ainda o facto de alguns dos doentes que beneficiam destes serviços acabarem por morrer infelizes, longe dos familiares, devido à distância entre a terra natal do paciente e o local de internamento.

Também na Constituição da República Portuguesa, exalta-se desde o início a dignidade humana (art.º 1º, 13º), em consonância com o articulado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (art.º 16º). Especificamente nos Artigos 24º, 26º e 64º consagra o direito à vida, o dever de a defender e promover, a sua e a dos outros, sustentando que a vida humana é inviolável. O Código Deontológico da Ordem dos Médicos, enquadrado no âmbito dos valores e da cultura identitária da sociedade portuguesa refere, em vários princípios, a necessidade de se respeitar a vida humana, desde o seu início. No código penal, nos artigos 134º e 135º, estão patentes as penas para quem pratica homicídio a pedido da vítima e incitamento ou ajuda ao suicídio, respetivamente.

Na discussão deste problema, e sem consenso entre nós próprios, resolvemos perguntar aos nossos amigos e familiares qual a sua posição sobre este tema tão controverso. Percebemos que são diversas as opiniões, mas observámos alguns dados interessantes. De um modo geral, as pessoas mais idosas manifestam-se contra a eutanásia, na sua maioria por considerar a vida um dom de Deus, argumentando que “devemos morrer quando Deus quiser”. Junto das classes etárias mais jovens observamos que há uma divisão de opiniões, mas melhor fundamentadas.

Para terminar, recordemos uma das frases mais conhecidas e irónicas de Benjamin Franklin: *“Neste mundo nada é garantido, exceto a morte e os impostos”*. Todos morremos. Uns ainda jovens e de forma inesperada, outros em idades cada vez mais avançadas. Há pouco mais de um século, o tempo médio de vida do ser humano andava pelos 40 anos. Hoje, mais do que duplicamos esse valor nos países ditos “desenvolvidos”. E há quem pense que possamos alcançar os 100 anos de tempo médio de vida nas próximas décadas. No entanto, como acima referimos, estes avanços que nos permitem prolongar a vida, nem sempre significam uma maior qualidade de vida. Para alguns, a qualidade e dignidade da vida e a autonomia são muito mais importantes que a “quantidade de vida”. Mas a falta de qualidade de vida e a autonomia do indivíduo serão argumento suficiente para justificar a eutanásia? Será argumento suficiente o seu sofrimento intolerável? O direito inalienável à vida constituirá argumento suficiente para impedir a aplicação da eutanásia? O dilema também está em decidir quem deve ajudar a pessoa que a solicita, quando os profissionais de saúde são impedidos de o fazer legalmente.

Está prevista a discussão do assunto na Assembleia da República, pois o Bloco de Esquerda pretende apresentar diploma sobre o assunto.

Terminamos, assim, com as perguntas com que começámos, e ficamos à espera da discussão na Assembleia da República.

Obrigado pela vossa atenção.



INSCRIÇÕES PARA A IX ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE JOVENS DE BAIÃO

TURMA	NOME	MORADA	CONTACTO
12º A	António F. Cabral B. Campelo	Rua de Penaventosa, nº 180 – 4640-177 Baião	917721888
12º A	José Miguel Moreira	Rua do Casal, nº 87 – 383-4640 Baião	918364644
12º A	Paulo Pereira	Rua da Relva, nº 237 – 118-4640 Baião	918445398
12º D	Sandra Sousa Pinto	Rua de Pontes, nº 71 – 269-4640 Gôve	918751859
12º D	Ana Filipa Serdoura	Rua do Cruzeiro, nº 44 – 023-4640 Baião	915460427
12º D	Andreia Sofia Almeida – MESA DA SESSÃO	Estrada Nª Sª do Martírio, nº 2175 – 414-4640 Stª Cruz do Douro	915802800
12º D	Andreia Filipa Coutinho	Rua da Tapadinha, nº 31 – 030-4640	915460412
12º D	Andreia Patrícia Soares	Rua do Cruzeiro, nº 56 – 023-4640 Baião	919156807
12º D	Jéssica Isabel Pereira	Praceta da Bouça do Jogo, nº 54 – 425-4640 Baião	915108576
12º D	José Pedro Ribeiro - PORTA-VOZ	Rua da Igreja, nº 102 – 540-4640 Tresouras	912066653
12º D	Cláudia Rafaela Almeida	Rua 20 de Junho, Edifício Central, nº 1788, 2º Andar – 475-4640 Santa Marinha	918396542
12º D	Daniela Sofia Monteiro	Rua do Penedo, nº 129 – 360-4640 Baião	916319527
12º D	Cristiana Isabel Oliveira	Caminho do Escudeiro, nº 71 – 403-4640 Baião	917189675
12º D	Catarina da Rocha Oliveira	Caminho do Escudeiro, nº 71 – 403-4640 Baião	919562442
12º D	Ana Filipa Teixeira	Rua Nova de vale de Cunha, nº 51 – 039-4640 Baião	919361818

TEMA ESCOLHIDO PELOS ALUNOS: O PROBLEMA DA EUTANÁSIA

Professores: Rui Paulo Correia e Isabel Felício

AGRUPAMENTO DE SANTA MARINHA DO ZÊZERE

- 1) Tema escolhido pelo Agrupamento - Segurança, Defesa e Paz
- 2) Listagem dos 15 alunos participantes, com os respetivos contactos e endereços;

- 1 . Clarisse Nogueira- Travessa do Peso, 171 - Santa Marinha
2. Cristiana Sousa - Rua do Campo, 585 - Santa Marinha
3. Gonçalo Carvalho - Rua do campo, 661 - Santa Marinha
4. Joana Pereira - Rua 1º de Maio, 199 - Santa Marinha
5. Margarida Carvalho - Rua do Ribeiro, nº100 - Santa Marinha
6. Mariana Ribeiro - Rua 20 de Junho, 121 - Santa Marinha
7. Beatriz Monteiro- Calçada da Foz, nº 27 - Gestaçô
8. Joana Ribeiro- Travessa de Parada, nº 26 - Tresouras
9. Joaquim Pereira - Rua das Regadas, nº 621 - Tresouras
10. José Monteiro - Rua do Ameeiro, nº290 - Gestaçô
11. Ricardo Ferreira - Rua da Varanda, nº 226 - Gestaçô
12. Inês Santos - Rua Central de Frende, nº812 - Frende
13. Marcelo Correia - Rua Central de Barreiros, nº62 - Valadares
14. Tatiana Pinto - Rua de quartas, nº18 - Santa Marinha

- 3) Indicação do aluno que irá integrar a Mesa da Sessão e do que fará a apresentação do tema;

Joana Pereira e Cristiana Sousa, respetivamente.

- 4) Indicação dos professores responsáveis pelo projeto;

António Loureiro Pinto e Alexandre Correia

- 5) Indicação de quem acompanhará os 15 alunos a Lisboa, para efeitos de contratação da viatura à empresa de aluguer (o modelo de organização da visita será nos mesmos moldes do ano anterior)

António Loureiro Pinto e Alexandre Correia

**Listagem dos alunos que vão participar na IX Assembleia de Jovens em Baião -
Agrupamento de Escolas de Eiriz , Baião**

1. Ana Beatriz Pereira Barbosa (apresenta tema)
Rua da Costa, nº 562, 4640-012, Ancede, Baião
Nº encarregado de educação: 912747751, Nº do aluno: 912915258

2. Ana Lúcia Fonseca Correia Caldeira
Rua Eça de Queirós, nº 2560, 4640-433, Santa Cruz do Douro, Baião
Nº encarregado de educação: 939417618, Nº do aluno: 969200100

3. Pedro Augusto Oliveira Nogueira da Silva Vieira (secretário da Mesa)
Rua de Toreixas, nº 501, 4640-035, Ancede, Baião
Nº encarregado de educação: 916210809, Nº do aluno: 917423834

4. Beatriz Filipa Costa Teixeira
Rua da Bela Vista, nº 182, 4640-036, Ancede, Baião
Nº encarregado de educação: 916218432, Nº do aluno: 913714778

5. Bruna Teixeira
Rua Nova de Vale e Cunha, nº 51, casa 2, 4640-039, Ancede, Baião
Nº encarregado de educação: 913995322, Nº do aluno: 912252045

6. Margarida Raquel Serdoura Pinto
Praceta Urbanização da Azeiteira, 1º direito, 4640-036, Ancede, Baião
Nº encarregado de educação: 916400888, Nº do aluno: 918294222

7. Marta Marques
Rua Nova de Vale e Cunha, nº 51, casa 1, 4640-039, Ancede, Baião
Nº encarregado de educação: 913216399, Nº do aluno: 913723692

8. Elsa Cristina Pinheiro Ferreira
Rua da Lagoa, nº 202, Gosende, 4640-260, Baião
Nº encarregado de educação: 919425396, Nº do aluno: 919038435

9. Ana Isabel Cardoso Gomes
Rua de Soutinho, nº 285, Gove, 4640-260, Baião
Nº de telemóvel: 914999715

10. João Miguel Pereira Pinto
Rua do Padrão, 4640-014 Baião
Nº de telemóvel: 917929769

11. Inês Rosalina Almeida Carvalho
Rua da Roupeira, nº 227, 4640-446
Nº de telemóvel: 910312166

12. Beatriz Fonseca da Silva
Caminho Cimo de Vila, nº 57, Pala, Ribadouro, 4640-402, Baião
Nº de telemóvel: 934299801

13. Ana Rita da Silva Gomes
Rua do Sol Edifício Eiriesol, nº 171, 2º direito
Nº de telemóvel: 917864282

14. Diogo António Sousa Teixeira
Rua de Baião, nº 5206, 4640-452
Nº de telemóvel: 911787669

15. Hugo Miguel Teixeira Gonçalves
Rua Portela do Gôve, nº 473, Gôve, 4640-270, Baião
Nº de telemóvel: 919707441

Professora responsável pela atividade:

Maria de Fátima Ferreira Matos Carvalho - Português/Francês

Professor responsável pelo acompanhamento dos alunos no dia 4 de maio:

Eduardo Nuno Bernardino - Português